ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual, com emprego de elementos de referenciação, substituição, repetição e conectores, bem como de outros elementos de sequenciação textual. 5. Classes de palavras: adjetivo, advérbio, artigo, preposição, conjunção, interjeição, numeral, pronome, substantivo e verbo. 6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, sinais de pontuação e relações de coordenação entre orações e termos da oração. 7. Reescrita de frases e parágrafos: significação das palavras, substituição de palavras ou trechos, reorganização da estrutura de orações e períodos e reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 8. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, denotação e conotação. 9. Sintaxe: relações de subordinação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal e colocação pronominal. 10. Figuras de linguagem.

2. MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais): propriedades, operações e resolução de problemas. 2. Números decimais e fracionários: operações e aplicações. 3. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, mínimo múltiplo comum (MMC) e máximo divisor comum (MDC). 4. Razão e proporção: propriedades, divisão proporcional e regra de três simples e composta. 5. Porcentagem e matemática financeira: juros simples e noções de juros compostos. 6. Álgebra: expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração e equações do 1º e 2º graus. 7. Funções: função afim, função quadrática, função exponencial e função logarítmica (noções e aplicações). 8. Geometria plana: perímetro e área de figuras planas. 9. Geometria espacial: áreas e volumes de sólidos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esfera). 10. Relações métricas no triângulo retângulo: teorema de Pitágoras. 11. Análise combinatória simples e noções de probabilidade. 12. Estatística básica: leitura, interpretação e análise de tabelas e gráficos. 13. Raciocínio lógico: sequências, padrões, proposições, conectivos, equivalências lógicas e resolução de problemas.

3. NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Administração Pública na Constituição Federal de 1988 (arts. 37 a 41): princípios da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência); concurso público; acumulação de cargos; estabilidade e estágio probatório. 2. Noções de organização da Administração Pública: Administração Direta e Indireta; agentes públicos e servidores públicos. 3. Noções de atos administrativos: conceito, requisitos e formas de extinção (anulação e revogação). 4. Responsabilidade civil do Estado (Constituição Federal de 1988, art. 37, § 6º). 5. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES (Lei Complementar Municipal nº 27/2012 e alterações): direitos, deveres, proibições e penalidades. 6. Processo administrativo no Município de Anchieta/ES (Lei Municipal nº 1.561/2022): direitos e deveres do administrado, prazos e recursos. 7. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações): atos de improbidade e sanções. 8. Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011): transparência e pedido de acesso à informação. 9. Proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD): conceitos básicos, princípios e direitos do titular dos dados.

Legislação de referência:

1. Constituição Federal de 1988, arts. 37 a 41 (Administração Pública e servidores públicos): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei Complementar Municipal nº 27/2012 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/ES: https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C272012.html
3. Lei Municipal nº 1.561/2022 – Processo Administrativo no Município de Anchieta/ES: https://anchieta.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L15612022.pdf
4. Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm
5. Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
6. Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

4. SAÚDE PÚBLICA

1. Processo saúde-doença, determinantes sociais da saúde, promoção da saúde e prevenção de agravos; Reforma Sanitária e criação do SUS. 2. A saúde na Constituição Federal de 1988 (arts. 196 a 200). 3. Lei nº 8.080/1990 e alterações: princípios e diretrizes, organização, direção e gestão do SUS e competências das esferas de governo. 4. Lei nº 8.142/1990: participação da comunidade e transferências intergovernamentais de recursos. 5. Decreto nº 7.508/2011: organização do SUS, Regiões de Saúde, Portas de Entrada e articulação interfederativa. 6. Política Nacional de Atenção Básica (Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017): princípios, diretrizes e Estratégia Saúde da Família. 7. Redes de Atenção à Saúde: conceito e componentes (Anexo I da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017). 8. Política Nacional de Promoção da Saúde (Anexo I da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017) e Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). 9. Vigilância em saúde: vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, principais indicadores de saúde e imunização; notificação compulsória (Lei nº 6.259/1975) e Lista Nacional de Notificação Compulsória (Anexo 1 do Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 e suas atualizações).

Links das normas citadas:

1. Constituição Federal de 1988 – arts. 196 a 200 (Título VIII, Capítulo II, Seção II – Da Saúde): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
2. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e alterações: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm
3. Lei nº 8.142/1990 (participação da comunidade e transferências intergovernamentais na Saúde): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm
4. Decreto nº 7.508/2011 (regulamenta a Lei nº 8.080/1990): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm
5. Portaria de Consolidação GM/MS nº 2/2017 – Anexo I (Política Nacional de Promoção da Saúde) e Anexo XXII (Política Nacional de Atenção Básica): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html
6. Portaria de Consolidação GM/MS nº 3/2017 – Anexo I (Rede de Atenção à Saúde): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html
7. Lei nº 6.259/1975 (vigilância epidemiológica e notificação compulsória): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6259.htm
8. Portaria de Consolidação GM/MS nº 4/2017 – Anexo 1 do Anexo V (Lista Nacional de Notificação Compulsória) e suas atualizações: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html

5. CONHECIMENTOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA (ART.30-A da Lei Municipal 1.045/2015)

1. História local: origem e formação do município, colonização italiana, emancipação política e divisão administrativa (distritos de Anchieta, Jabaquara e Alto Pongal). 2. Geografia local: localização, limites e aspectos físicos do território; organização político-administrativa; aspectos populacionais e ambientais. 3. Política local: organização dos Poderes Executivo e Legislativo; Lei Orgânica do Município; estrutura administrativa da Prefeitura e da Câmara Municipal; Plano Diretor e participação social. 4. Economia local: principais atividades econômicas (mineração, turismo, pesca, agricultura e pecuária); arrecadação municipal; indicadores socioeconômicos do município.

6. CONHECIMENTOS GERAIS (*conhecimento básico)*

1. Noções de cidadania e formação para a vida em sociedade. 2. Noções básicas sobre democracia e participação social. 3. Costumes e tradições brasileiras. 4. Atualidades: conhecimentos relevantes do cenário cultural, político, econômico e social do Brasil e do mundo, amplamente divulgados nos últimos dois anos pelos meios de comunicação.

7. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

7.1. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

1. Noções de epidemiologia: cadeia de transmissão de doenças; conceitos de endemia, epidemia e surto. 2. Arboviroses (dengue, zika, chikungunya e febre amarela) e esquistossomose: transmissão, sinais e sintomas, prevenção e controle. 3. Biologia dos vetores e hospedeiros: *Aedes aegypti* (ciclo de vida, hábitos e principais criadouros); caramujo do gênero *Biomphalaria* na transmissão da esquistossomose. 4. Vigilância e controle vetorial: reconhecimento geográfico; visita

domiciliar e inspeção de depósitos; pontos estratégicos; eliminação de criadouros; aplicação de larvicidas; Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAa); índice de infestação predial; bloqueio de transmissão em surtos e epidemias; uso de equipamentos de proteção individual. 5. Educação em saúde: orientação à população sobre prevenção e controle de endemias; atuação integrada com o Agente Comunitário de Saúde no território. 6. Exercício profissional: atribuições do Agente de Combate às Endemias (Lei nº 11.350/2006 e alterações); medidas de controle do mosquito transmissor (Lei nº 13.301/2016); registro de visitas e dados em sistemas de informação.

Legislação de referência:

1. Lei nº 11.350/2006 e alterações (Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11350.htm
2. Lei nº 13.301/2016 (medidas de vigilância em saúde relativas ao mosquito transmissor de dengue, chikungunya e zika): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13301.htm
3. Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas: Vigilância Entomológica e Controle Vetorial (Ministério da Saúde, 2025): https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/dengue/diretrizes-nacionais-para-prevencao-e-controle-das-arboviroses-urbanas-vigilancia-entomologica-e-controle-vetorial.pdf
4. Diretriz Nacional para Atuação Integrada dos Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde no Território (Ministério da Saúde, 2025): https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia-ambiental/diretriz-nacional-para-atuacao-dos-ace-e-acs-no-territorio.pdf

7.2. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições do Técnico de Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto do paciente, mudança de decúbito, prevenção de lesões por pressão, curativos, coleta de materiais para exames e registros de enfermagem. 3. Administração de medicamentos: vias de administração, cálculo de dosagens e gotejamento, preparo e cuidados para uma administração segura. 4. Biossegurança e controle de infecção: higienização das mãos, precauções padrão, uso de EPI, limpeza, desinfecção e esterilização de materiais, descarte de resíduos e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32). 5. Técnicas de vacinação: Calendário Nacional de Vacinação, preparo e administração de vacinas, conservação e rede de frio. 6. Assistência de enfermagem nas principais condições de saúde: hipertensão, diabetes, doenças transmissíveis e cuidados à saúde da criança, da mulher, do adulto e do idoso. 7. Noções de primeiros socorros e atendimento de urgência e emergência. 8. Segurança do paciente, acolhimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.3. TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTONISTA

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições do Técnico de Enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, higiene e conforto do paciente, mudança de decúbito, prevenção de lesões por pressão, curativos, coleta de materiais para exames e registros de enfermagem. 3. Administração de medicamentos: vias de administração, cálculo de dosagens e gotejamento, preparo e cuidados para uma administração segura. 4. Biossegurança e controle de infecção: higienização das mãos, precauções padrão, uso de EPI, limpeza, desinfecção e esterilização de materiais, descarte de resíduos e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32). 5. Técnicas de vacinação: Calendário Nacional de Vacinação, preparo e administração de vacinas, conservação e rede de frio. 6. Assistência de enfermagem nas principais condições de saúde: hipertensão, diabetes, doenças transmissíveis e cuidados à saúde da

criança, da mulher, do adulto e do idoso. 7. Noções de primeiros socorros e atendimento de urgência e emergência. 8. Segurança do paciente, acolhimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.4. TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

1. Anatomia e fisiologia do sistema musculoesquelético: ossos, articulações, músculos e ligamentos; consolidação óssea; terminologia ortopédica. 2. Noções de traumatologia: fraturas (tipos e classificação), fraturas expostas, luxações, entorses e lesões de partes moles; imobilização provisória e transporte do paciente com suspeita de fratura. 3. Materiais e instrumental: gesso convencional e sintético; reação exotérmica do gesso; malha tubular, algodão ortopédico, ataduras e talas; órteses; serra elétrica oscilatória e demais instrumentais; preparo, armazenamento e conservação. 4. Técnicas de imobilização conforme prescrição médica: talas gessadas; aparelhos gessados circulares de membros superiores e inferiores; tipoias, enfaixamentos e bandagens; imobilização de dedos; posicionamento articular adequado; particularidades em crianças e idosos. 5. Trações e auxílio ao médico ortopedista: trações cutâneas; auxílio em trações esqueléticas e em manobras de redução incruenta de fraturas e luxações; preparo da sala e do paciente. 6. Complicações, retirada e orientação: síndrome compartimental, compressão vascular e nervosa, lesões de pele e rigidez articular; sinais de alerta; técnicas de retirada de imobilizações; orientação ao paciente e à família sobre cuidados e conservação do aparelho. 7. Biossegurança e prática profissional: precauções padrão e equipamentos de proteção individual; limpeza e desinfecção de instrumentais; resíduos de serviços de saúde; riscos ocupacionais e NR-32; ética profissional e sigilo; trabalho em equipe; registro de procedimentos; organização da sala de imobilização e controle de materiais e insumos.

Legislação de referência:

1. NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (Portaria MTE nº 485/2005 e alterações): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2005/portaria_485_aprova_nr_32.pdf
2. RDC Anvisa nº 222/2018 (Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde): https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

7.5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO

1. Organização do laboratório de análises clínicas: setores, equipamentos (microscópio, centrífuga, estufa, autoclave, banho-maria, espectrofotômetro e analisadores automatizados), vidrarias, calibração, conservação e controle de qualidade; funcionamento dos serviços de exames de análises clínicas (RDC Anvisa nº 978/2025). 2. Fase pré-analítica: preparo do paciente, coleta de sangue, urina, fezes e secreções, identificação, transporte, conservação e critérios de rejeição de amostras. 3. Preparo de soluções, reagentes e meios de cultura: unidades de medida, diluições e cálculos básicos. 4. Bioquímica: princípios das dosagens e da fotometria; dosagens de rotina (glicose, ureia, creatinina, colesterol, triglicerídeos e enzimas). 5. Microbiologia e bacteriologia: noções de bactérias, fungos e vírus; bacterioscopia (colorações de Gram e de Ziehl-Neelsen); meios de cultura, semeadura e isolamento; noções de identificação bacteriana e antibiograma; cultura de urina (urocultura). 6. Hematologia e imuno-hematologia: hemograma, esfregaço sanguíneo, tipagem ABO e Rh e provas de coagulação. 7. Urinálise, parasitologia e imunologia: exame de urina de rotina, exame parasitológico de fezes, testes sorológicos e testes rápidos. 8. Biossegurança: níveis de biossegurança, uso de EPI e EPC, limpeza, desinfecção e esterilização, descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018) e prevenção de acidentes com material biológico (NR-32); ética, sigilo e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. RDC Anvisa nº 978/2025 (Serviços de exames de análises clínicas): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000978&seqAto=000&valorAno=2025&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
2. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seqAto=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
3. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.6. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1. Exercício profissional do Técnico em Saúde Bucal: competências, vedações e trabalho sob supervisão do cirurgião-dentista (Lei nº 11.889/2008); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações). 2. Anatomia e fisiologia da cavidade bucal: dentições decídua e permanente, notação dentária e estruturas de suporte. 3. Cárie dentária e doença periodontal: causas, prevenção e controle do biofilme; técnicas de escovação e uso do fio dental. 4. Procedimentos preventivos e educativos: aplicação tópica de flúor, selantes, remoção de cálculo supragengival, escovação supervisionada e educação em saúde bucal individual e coletiva. 5. Instrumentais e materiais odontológicos: identificação, manipulação, inserção e acabamento de materiais restauradores, sob supervisão. 6. Biossegurança: precauções padrão, uso de EPI, processamento de artigos (limpeza, desinfecção e esterilização) e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 15/2012). 7. Noções de radiologia odontológica: técnicas, processamento de radiografias e proteção radiológica. 8. Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023) e atribuições da equipe de Saúde Bucal; ética no atendimento e trabalho em equipe.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 11.889/2008 (Profissões de Técnico e Auxiliar em Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11889.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://site.crosp.org.br/uploads/etica/d7298aa38d661434f465bd376ec1470d.pdf
3. RDC Anvisa nº 15/2012 (Processamento de produtos para saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000015&seqAto=000&valorAno=2012&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm

7.07. DENTISTA/ ÁREA 20H e 40H

1. Diagnóstico e estomatologia: anamnese e exame clínico; semiologia da cavidade bucal; lesões e alterações de cabeça e pescoço; câncer bucal e lesões potencialmente malignas; exames complementares e radiologia odontológica. 2. Clínica odontológica: cariologia e dentística restauradora; periodontia; endodontia; cirurgia oral menor; prótese e reabilitação oral; odontopediatria; atendimento a pacientes com necessidades especiais. 3. Urgência e emergência: urgências odontológicas (dor, infecção, trauma dental e hemorragia); emergências médicas no consultório e suporte básico de vida; farmacologia e terapêutica medicamentosa em odontologia. 4. Biossegurança: controle de infecção no consultório odontológico; precauções padrão; limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais; resíduos de serviços de saúde. 5. Saúde bucal coletiva: Política Nacional de Saúde Bucal (Lei nº 14.572/2023); promoção e prevenção em saúde bucal; uso de fluoretos; educação em saúde; epidemiologia em saúde bucal e levantamentos epidemiológicos; atribuições do cirurgião-dentista na equipe de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família; Centros de Especialidades Odontológicas. 6. Vigilância sanitária e saúde do trabalhador em odontologia: inspeção sanitária de serviços odontológicos; riscos ocupacionais na prática odontológica; Código Sanitário do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.083/1998). 7. Exercício profissional: regulamentação da Odontologia (Lei nº 5.081/1966); Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/2012 e alterações).

Legislação de referência:

1. Lei nº 5.081/1966 (Exercício da Odontologia): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5081.htm
2. Resolução CFO nº 118/2012 (Código de Ética Odontológica): https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf
3. Resolução CFO nº 271/2025 (altera o Código de Ética Odontológica): https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2025/271
4. Lei nº 14.572/2023 (Política Nacional de Saúde Bucal): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm
5. Lei Estadual nº 10.083/1998 (Código Sanitário do Estado de São Paulo): https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10083-23.09.1998.html

7.08. ENFERMEIRO

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições privativas do enfermeiro e da equipe de enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Processo de Enfermagem: etapas, teorias de enfermagem, diagnósticos, prescrição, evolução e registros (Resolução Cofen nº 736/2024). 3. Gerenciamento dos serviços de enfermagem: planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação; dimensionamento de pessoal, escalas, liderança, educação permanente, indicadores de qualidade e protocolos assistenciais. 4. Segurança do paciente: metas internacionais, notificação de eventos adversos e núcleo de segurança do paciente (RDC Anvisa nº 36/2013). 5. Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência: precauções padrão e específicas, processamento de artigos e biossegurança; saúde do trabalhador de enfermagem e acidentes com material biológico (NR-32). 6. Fundamentos e semiologia de enfermagem: exame físico, procedimentos técnicos, administração de medicamentos, cálculo de dosagens, cuidados com feridas e curativos. 7. Consulta de enfermagem e assistência à saúde da criança e do adolescente, da mulher (pré-natal, parto, puerpério e planejamento reprodutivo), do adulto e da pessoa idosa. 8. Assistência de enfermagem nas doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e transmissíveis (tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis e arboviroses). 9. Gerenciamento da sala de vacinação: técnicas de vacinação, Calendário Nacional de Vacinação, rede de frio e eventos supostamente atribuíveis à vacinação. 10. Assistência de enfermagem em urgência e emergência, suporte básico de vida e cuidados ao paciente clínico e cirúrgico; saúde mental e cuidado em rede.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Resolução Cofen nº 736/2024 (Processo de Enfermagem): https://cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Resolucao-736-2024.pdf
5. RDC Anvisa nº 36/2013 (Segurança do paciente em serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000036&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.09. ENFERMEIRO PLANTONISTA

1. Exercício profissional da enfermagem: atribuições privativas do enfermeiro e da equipe de enfermagem (Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987); Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução Cofen nº 564/2017). 2. Processo de Enfermagem: etapas, teorias de enfermagem, diagnósticos, prescrição, evolução e registros (Resolução Cofen nº 736/2024). 3. Gerenciamento dos serviços de enfermagem: planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação; dimensionamento de pessoal, escalas, liderança, educação permanente, indicadores de qualidade e protocolos

assistenciais. 4. Segurança do paciente: metas internacionais, notificação de eventos adversos e núcleo de segurança do paciente (RDC Anvisa nº 36/2013). 5. Prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência: precauções padrão e específicas, processamento de artigos e biossegurança; saúde do trabalhador de enfermagem e acidentes com material biológico (NR-32). 6. Fundamentos e semiologia de enfermagem: exame físico, procedimentos técnicos, administração de medicamentos, cálculo de dosagens, cuidados com feridas e curativos. 7. Consulta de enfermagem e assistência à saúde da criança e do adolescente, da mulher (pré-natal, parto, puerpério e planejamento reprodutivo), do adulto e da pessoa idosa. 8. Assistência de enfermagem nas doenças crônicas (hipertensão e diabetes) e transmissíveis (tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis e arboviroses). 9. Gerenciamento da sala de vacinação: técnicas de vacinação, Calendário Nacional de Vacinação, rede de frio e eventos supostamente atribuíveis à vacinação. 10. Assistência de enfermagem em urgência e emergência, suporte básico de vida e cuidados ao paciente clínico e cirúrgico; saúde mental e cuidado em rede.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 7.498/1986 (Exercício da enfermagem): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm
2. Decreto nº 94.406/1987 (Regulamenta a Lei nº 7.498/1986): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm
3. Resolução Cofen nº 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem): https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/
4. Resolução Cofen nº 736/2024 (Processo de Enfermagem): https://cofen.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Resolucao-736-2024.pdf
5. RDC Anvisa nº 36/2013 (Segurança do paciente em serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000036&seqAto=000&valorAno=2013&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Norma Regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde): https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-32-nr-32

7.10. FARMACÊUTICO

1. Exercício profissional farmacêutico: farmácia como unidade de prestação de assistência farmacêutica e responsabilidade técnica (Lei nº 13.021/2014); Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 724/2022). 2. Assistência Farmacêutica no SUS: Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338/2004); ciclo da assistência farmacêutica; RENAME e componentes básico, estratégico e especializado. 3. Gestão da farmácia: coordenação da equipe, organização do serviço, controle de estoque, inventário e indicadores. 4. Armazenamento e conservação de medicamentos: condições ambientais, termolábeis e cadeia de frio, controle de validade e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018). 5. Dispensação e boas práticas farmacêuticas (RDC Anvisa nº 44/2009); medicamentos de referência, genéricos e similares; controle sanitário do comércio de medicamentos (Lei nº 5.991/1973). 6. Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações) e antimicrobianos (RDC Anvisa nº 471/2021): receituário, escrituração e guarda. 7. Farmacologia: farmacocinética, farmacodinâmica e principais classes terapêuticas. 8. Cuidado farmacêutico e uso racional de medicamentos: orientação e acompanhamento farmacoterapêutico, adesão ao tratamento, interações medicamentosas, reações adversas, farmacovigilância e erros de medicação.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 13.021/2014 (Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm
2. Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Ética Farmacêutica): https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf
3. Resolução CNS nº 338/2004 (Política Nacional de Assistência Farmacêutica): https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2004/resolucao-no-338.pdf
4. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seq

Ato=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
5. RDC Anvisa nº 44/2009 (Boas Práticas Farmacêuticas):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000044&seqAto=000&valorAno=2009&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Lei nº 5.991/1973 (Controle sanitário do comércio de medicamentos):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm
7. Portaria SVS/MS nº 344/1998 (Medicamentos sujeitos a controle especial):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=POR&numeroAto=00000344&seqAto=000&valorAno=1998&orgao=SVS/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
8. RDC Anvisa nº 471/2021 (Antimicrobianos):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000471&seqAto=000&valorAno=2021&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

7.11. FARMACÊUTICO PLANTONISTA

1. Exercício profissional farmacêutico: farmácia como unidade de prestação de assistência farmacêutica e responsabilidade técnica (Lei nº 13.021/2014); Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 724/2022). 2. Assistência Farmacêutica no SUS: Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Resolução CNS nº 338/2004); ciclo da assistência farmacêutica; RENAME e componentes básico, estratégico e especializado. 3. Gestão da farmácia: coordenação da equipe, organização do serviço, controle de estoque, inventário e indicadores. 4. Armazenamento e conservação de medicamentos: condições ambientais, termolábeis e cadeia de frio, controle de validade e descarte de resíduos (RDC Anvisa nº 222/2018). 5. Dispensação e boas práticas farmacêuticas (RDC Anvisa nº 44/2009); medicamentos de referência, genéricos e similares; controle sanitário do comércio de medicamentos (Lei nº 5.991/1973). 6. Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações) e antimicrobianos (RDC Anvisa nº 471/2021): receituário, escrituração e guarda. 7. Farmacologia: farmacocinética, farmacodinâmica e principais classes terapêuticas. 8. Cuidado farmacêutico e uso racional de medicamentos: orientação e acompanhamento farmacoterapêutico, adesão ao tratamento, interações medicamentosas, reações adversas, farmacovigilância e erros de medicação.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 13.021/2014 (Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13021.htm
2. Resolução CFF nº 724/2022 (Código de Ética Farmacêutica):
https://admin.cff.org.br/src/uploads/legislacao/49e36abf4ea344d8c38da081ee058912dcb6a940.pdf
3. Resolução CNS nº 338/2004 (Política Nacional de Assistência Farmacêutica): https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2004/resolucao-no-338.pdf
4. RDC Anvisa nº 222/2018 (Resíduos de serviços de saúde):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000222&seqAto=000&valorAno=2018&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
5. RDC Anvisa nº 44/2009 (Boas Práticas Farmacêuticas):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000044&seqAto=000&valorAno=2009&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true
6. Lei nº 5.991/1973 (Controle sanitário do comércio de medicamentos):
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm
7. Portaria SVS/MS nº 344/1998 (Medicamentos sujeitos a controle especial):
https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=POR&numeroAto=00000344&seq

Ato=000&valorAno=1998&orgao=SVS/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

8. RDC Anvisa nº 471/2021 (Antimicrobianos): https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000471&seqAto=000&valorAno=2021&orgao=RDC%2FDC%2FANVISA%2FMS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=9434&cod_modulo=310&pesquisa=true

7.12. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - CARDIOLOGISTA

1. Propedêutica cardiovascular: anamnese e exame físico; eletrocardiograma; radiografia de tórax; ecocardiograma; teste ergométrico; Holter, MAPA e MRPA; indicações de cintilografia miocárdica, angiotomografia e cateterismo cardíaco; biomarcadores cardíacos. 2. Hipertensão arterial: diagnóstico, estratificação de risco e tratamento; hipertensão secundária e resistente; crise hipertensiva. 3. Dislipidemias e prevenção cardiovascular: estratificação do risco cardiovascular; metas e tratamento; controle de fatores de risco (diabetes, obesidade e tabagismo). 4. Doença arterial coronariana: doença coronariana crônica; síndromes coronarianas agudas; prevenção secundária. 5. Insuficiência cardíaca e cardiomiopatias: classificação, diagnóstico e tratamento; miocardites; cardiopatia chagásica. 6. Arritmias cardíacas: fibrilação atrial e anticoagulação; bradiarritmias e taquiarritmias; síncope; acompanhamento de portadores de marcapasso e cardiodesfibrilador. 7. Outras condições cardiovasculares: valvopatias e febre reumática; endocardite infecciosa; doenças do pericárdio; tromboembolismo pulmonar; cardiopatia na gestação; avaliação cardiovascular perioperatória. 8. Exercício profissional: Código de Ética Médica; Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013); elaboração de laudos, pareceres e relatórios médicos; referência e contrarreferência; protocolos assistenciais da especialidade.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2025 (SBC, SBN e SBH): https://www.scielo.br/j/abc/a/BXT7Vk4B9VKQnJFsJhgJ4Hn/?lang=pt
4. Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2025 (SBC): https://www.scielo.br/j/abc/a/tRJrwGzKX6C4GvMqdJpZcGk/?lang=pt

7.13. MÉDICO - CLÍNICO

1. Atenção Primária à Saúde: atributos da APS (primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado); método clínico centrado na pessoa; abordagem familiar e comunitária; rastreamento e prevenção quaternária; atenção domiciliar. 2. Doenças crônicas: hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, obesidade e doença renal crônica; estratificação do risco cardiovascular; acompanhamento e adesão ao tratamento. 3. Doenças respiratórias e infecciosas: asma, DPOC e pneumonias; tuberculose, hanseníase, infecções sexualmente transmissíveis, HIV e hepatites virais; arboviroses; parasitoses intestinais. 4. Saúde da mulher: pré-natal de baixo risco e puerpério; planejamento reprodutivo; rastreamento dos cânceres de colo do útero e de mama; climatério. 5. Saúde da criança e do adolescente: puericultura, crescimento e desenvolvimento; aleitamento materno; Calendário Nacional de Vacinação; doenças prevalentes na infância. 6. Saúde do idoso e saúde mental: avaliação multidimensional da pessoa idosa, polifarmácia e prevenção de quedas; depressão, ansiedade, uso de álcool e outras drogas e avaliação do risco de suicídio. 7. Urgências e emergências na APS: atendimento inicial e suporte de vida; dor torácica, crise hipertensiva, crise asmática, hipoglicemia e anafilaxia; estabilização e encaminhamento. 8. Exercício profissional: Código de Ética Médica; Lei do Ato Médico (Lei nº 12.842/2013); documentos médicos (prontuário, receituário, atestado e declaração de óbito); coordenação clínica da equipe multiprofissional; encaminhamento à atenção especializada com referência e contrarreferência.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Lei do Ato Médico): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf

7.16. MÉDICO - GINECOLOGISTA

1. Exercício profissional da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações); sigilo e consentimento no atendimento ginecológico. 2. Anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino;

ciclo menstrual e seus distúrbios; propedêutica ginecológica. 3. Planejamento reprodutivo: métodos contraceptivos, indicações, contraindicações e esterilização cirúrgica (Lei nº 9.263/1996). 4. Infecções genitais e infecções sexualmente transmissíveis: vulvovaginites, cervicites, doença inflamatória pélvica; abordagem sindrômica. 5. Rastreamento e prevenção do câncer do colo do útero e do câncer de mama: citologia, colposcopia, exames de imagem e condutas. 6. Patologias benignas e malignas do útero, dos ovários e das mamas; miomatose, endometriose e massas anexiais. 7. Endocrinologia ginecológica: amenorreias, sangramento uterino anormal, síndrome dos ovários policísticos, hiperprolactinemia e infertilidade. 8. Climatério e menopausa: alterações, terapia hormonal e prevenção da osteoporose. 9. Uroginecologia: incontinência urinária e distopias genitais; dor pélvica crônica. 10. Atendimento à mulher em situação de violência sexual (Lei nº 12.845/2013); noções de pré-natal de baixo risco e de urgências ginecológicas.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 9.263/1996 (Planejamento familiar): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm
4. Lei nº 12.845/2013 (Atendimento obrigatório a pessoas em situação de violência sexual): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm

7.14. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - ORTOPEDISTA

1. Bases da ortopedia: anatomia e biomecânica do sistema musculoesquelético; semiologia ortopédica; exames de imagem (radiografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e ressonância magnética); consolidação óssea. 2. Traumatologia: atendimento inicial ao politraumatizado; fraturas e luxações dos membros superiores, membros inferiores, coluna e pelve; fraturas na criança; complicações das fraturas (síndrome compartimental, embolia gordurosa, pseudartrose e infecção); imobilizações e princípios de tratamento conservador e cirúrgico. 3. Ortopedia pediátrica: displasia do desenvolvimento do quadril; pé torto congênito; doença de Legg-Calvé-Perthes; epifisiólise; deformidades angulares e torcionais dos membros inferiores; escoliose. 4. Ortopedia do adulto e do idoso: lombalgia, cervicalgia e hérnia discal; doenças degenerativas articulares e osteoartrose; osteoporose e fraturas por fragilidade; tendinopatias, bursites e síndromes compressivas; lesões ligamentares e meniscais; afecções do ombro, cotovelo, punho, mão, quadril, joelho, tornozelo e pé. 5. Infecções, tumores e doenças sistêmicas: osteomielite e artrite séptica; tumores ósseos benignos e malignos; manifestações musculoesqueléticas das doenças reumatológicas e metabólicas. 6 Saúde pública e SUS: princípios e diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990); atenção especializada, referência e contrarreferência; apoio matricial à atenção básica; vigilância em saúde e notificação compulsória de doenças. 7. Exercício profissional: exercício da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018); prontuário, prescrição e documentos médicos.

Legislação de referência:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde – SUS): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

7.15. MÉDICO ESPECIALISTA/ÁREA - PEDIATRA

1. Exercício profissional da Medicina (Lei nº 12.842/2013); Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018 e alterações); direitos da criança e do adolescente, proteção contra violência e maus-tratos (Lei nº 8.069/1990). 2. Puericultura: crescimento e desenvolvimento, avaliação nutricional, marcos do desenvolvimento neuropsicomotor e consulta de acompanhamento da criança. 3. Alimentação da criança: aleitamento materno, alimentação complementar e distúrbios nutricionais (desnutrição, obesidade, anemias carenciais e hipovitaminoses). 4. Neonatologia: atendimento ao recém-nascido, triagens neonatais, icterícia, infecções congênitas e prematuridade. 5. Vacinação na criança: indicações, contraindicações e eventos adversos. 6. Doenças infecciosas na infância: infecções respiratórias, doenças exantemáticas, diarreia aguda e desidratação, parasitoses intestinais, infecção urinária, meningites e arboviroses. 7. Doenças respiratórias e alérgicas: asma, bronquiolite, pneumonias e rinites. 8. Doenças crônicas e condições comuns na infância e adolescência: anemias, doenças cardíacas, renais, neurológicas (convulsões e epilepsia) e endocrinológicas (diabetes e baixa estatura). 9. Saúde do adolescente: crescimento, puberdade, sexualidade, saúde mental e uso de substâncias. 10. Urgências e emergências pediátricas: suporte básico e avançado de vida, choque, desidratação grave, intoxicações, acidentes e traumas;

farmacologia aplicada à pediatria.

Links das normas citadas:

1. Lei nº 12.842/2013 (Exercício da Medicina): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm
2. Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica): https://portal.cfm.org.br/images/PDF/cem2019.pdf
3. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm